

DECRETO Nº 7693, 19 DE OUTUBRO DE 2005

**APROVA O REGIMENTO  
INTERNO DO CONSELHO  
MUNICIPAL DE  
DESENVOLVIMENTO DA  
AQUICULTURA E PESCA**



O Prefeito de Itajaí no uso de suas atribuições, de acordo com o inciso XII art. 2º da Lei nº 4.329, de 06 de junho de 2005, DECRETA:

**Art. 1º** Fica aprovado o Regimento Interno do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca

**Art. 2º** Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Prefeitura de Itajaí, 19 de outubro de 2005

VOLNEI JOSÉ MORASTONI  
Prefeito de Itajaí

CONSELHO MUNICIPAL DE DESENVOLVIMENTO DA AQUICULTURA E PESCA

REGIMENTO INTERNO

Capítulo I  
DA FINALIDADE

**Art. 1º** O Conselho Municipal de Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca é o órgão consultivo e de assessoramento com a finalidade de planejar, executar e avaliar os planos municipais de desenvolvimento da Aquicultura e Pesca.

Capítulo II  
DA COMPETÊNCIA

**Art. 2º** Compete ao Conselho Municipal de Desenvolvimento da Aquicultura e Pesca:

I - estudar e propor as diretrizes da política municipal de desenvolvimento da aquicultura e pesca;

II - coordenar a elaboração e fiscalizar a execução de projetos de interesse municipal, a cargo de diversos órgãos que se relacionem com a aquicultura e pesca;

III - promover o estudo da legislação relativa à exploração dos recursos aquícolas e pesqueiros;

IV - elaborar, em colaboração com a Secretaria de Aquicultura e Pesca, os programas de formação e capacitação de técnicos e profissionais da aquicultura e pesca;

V - promover, diretamente ou por intermédio dos organismos oficiais ou particulares, pesquisas que visem à racionalização das atividades aquícolas e pesqueiras;

VI - fiscalizar a execução de convênios firmados com órgãos oficiais ou privados, visando a necessária unidade de ação, no que concerne aos problemas aquícolas e pesqueiros;

VII - auxiliar na prestação de assistência social ao pessoal da aquicultura e da pesca, por intermédio das entidades oficiais competentes ou privadas que a isso se prontificarem;

VIII - recomendar a concessão de possíveis prioridades, subvenções, isenções fiscais e alterações nas leis, indicadas como indispensáveis ao desenvolvimento de assuntos de real interesse para a política de desenvolvimento aquícola e pesqueiro;

IX - promover campanhas objetivando a mobilização de recursos para melhor utilização e aproveitamento racional dos produtos de origem aquícola e pesqueira;

X - auxiliar na expansão dos mercados de consumo, mediante o estudo da melhoria das condições de distribuição e de valorização de campanhas educativas para a população;

XI - desempenhar outras funções relacionadas ao desenvolvimento aquícola e pesqueiro;

XII - elaborar e alterar o seu Regimento interno, submetendo-o à aprovação do Chefe do Poder Executivo.

### Capítulo III DA ORGANIZAÇÃO

**Art. 3º** São órgãos do Conselho:

I - Plenário;

II - Diretoria;

III - Câmaras Especializadas.

**Art. 4º** O Plenário é a instância maior do Conselho constituído de, no mínimo, 10 (dez) membros titulares, com mandato de 02 (dois) anos.

Parágrafo Único - Os Conselheiros representantes das Secretarias Municipais terão seus mandatos coincidentes com o do Prefeito que os indicou, sendo que seus substitutos e respectivos suplentes completarão o tempo de mandato que faltar.

**Art. 5º** A Diretoria é constituída por um Presidente, um Vice-Presidente e um Secretário, eleitos por voto aberto ou secreto pela maioria simples do conselho, na primeira reunião realizada pelo mesmo, com mandato de 01 (um) ano, podendo haver recondução por períodos iguais e sucessivos.

§ 1º Compete ao Presidente:

- a) dirigir e orientar os trabalhos internos do conselho;
- b) presidir as reuniões do plenário;
- c) exercer a representação externa do Conselho;
- d) cumprir e fazer cumprir a legislação atinente e as resoluções expedidas pelo órgão, na qualidade administrativa, superior do conselho.

§ 2º Compete ao Vice-Presidente:

- a) substituir o Presidente em suas faltas e impedimentos.

§ 3º Compete ao Secretário:

- a) substituir o Vice-Presidente em suas faltas e impedimentos;
- b) manter a relação completa e atualizada dos Conselheiros e entidades relacionadas à atividade aquícola e pesqueira que atuem no Município.

**Art. 6º** O conselho Municipal de Desenvolvimento Aquícola e Pesqueiro terá 02 (duas) Câmaras Especializadas, a saber:

I - Câmara de Desenvolvimento Aqüicultura;

II - Câmara de Desenvolvimento Pesca;

§ 1º As Câmaras Especializadas são órgãos de assessoramento do Conselho em suas respectivas áreas e têm como objetivo desenvolver trabalhos solicitados pelo Conselho ou que entenderem pertinentes.

§ 2º As Câmaras Especializadas serão compostas de até 04 (quatro) membros do Conselho, de pessoas oriundas de movimentos sociais organizados e relacionados com a atividade de cada Câmara e de convidados especiais, assim definidos pela própria Câmara.

§ 3º Além das Câmaras mencionadas neste artigo, poderão ser constituídas pelo Conselho

Câmaras especiais para, em tempo pré-determinado, fornecerem subsídios sobre assunto e/ou problemas específicos e seu funcionamento será semelhante ao das Câmaras especializadas dissolvendo-se logo após a conclusão dos trabalhos para os quais foram constituídos.

§ 4º Os membros de cada Câmara elegerão um coordenador e um Relator que deverão ser membros do Conselho, pelo período de 01 (um) ano, podendo haver recondução por períodos iguais e sucessivos.

§ 5º São atribuições do Coordenador da Câmara organizar, convocar, conduzir, presidir as reuniões da respectiva Câmara e representá-la no Plenário do Conselho.

§ 6º As Câmaras, quando instaladas, deverão apresentar os trabalhos solicitados na próxima reunião do Conselho que se realizar.

**Art. 7º** Perderá o mandato o membro do Conselho que faltar, sem motivo justificado, a 03 (três) reuniões consecutivas ou a 05 (cinco) alternadas, sejam ordinárias ou extraordinárias, assim julgado pela maioria do Plenário.

§ 1º Na reunião em que for constatada a terceira falta consecutiva ou a quinta falta alternada injustificada, o presidente baixará Resolução propondo a extinção do mandato do membro faltoso.

§ 2º No caso de perda ou desistência do mandato do Conselheiro titular, seu suplente o substituirá até o final do mandato, na condição de membro titular, devendo ser designado outro suplente.

§ 3º Cabe ao Presidente do Conselho solicitar, ao órgão respectivo, a designação a que se refere o parágrafo anterior.

§ 4º No caso de perda de mandato ou desistência do membro, para efeito de quorum nas reuniões seguintes, serão desconsiderados os órgãos representantes cujos conselheiros titulares e suplentes ainda não foram designados.

**Art. 8º** Será considerada justificada a falta do membro do Conselho na sessão, em virtude de:

I - serviço eleitoral;

II - Júri;

III - doença;

IV - não convocação para a sessão extraordinária, com antecedência mínima de 36 (trinta e seis) horas;

V - férias e viagens a serviço;

VI - outros motivos que, por deliberação do Plenário, forem considerados justos.

Parágrafo Único - Na impossibilidade da presença do membro titular e/ou de seu suplente, o titular poderá convocar uma outra pessoa para participar da reunião como simples ouvinte.

**Art. 9º** Nenhum membro do Conselho, com exceção do Presidente, poderá manifestar-se em público sobre assuntos examinados pelo Conselho, salvo se o fizer em caráter pessoal ou a pedido por comunicado oficial.

#### Capítulo IV DAS SESSÕES DO PLENÁRIO

**Art. 10** O Conselho Municipal de Desenvolvimento da Aqüicultura e Pesca reunir-se-á em sessões ordinárias, mensalmente, convocadas conforme calendário pré-estabelecido.

**Art. 11** Poderá também o Conselho Municipal de Desenvolvimento da Aqüicultura e Pesca reunir-se em sessão extraordinária, sempre que convocada pelo Presidente ou pela maioria de seus membros, sendo que, neste caso, a convocação deverá ser entregue ao Presidente com antecedência mínima de 36 (trinta e seis) horas do dia pretendido para a reunião.

**Art. 12** Para efeito de deliberação na reunião ordinária, será considerada a maioria simples dos presentes.

Parágrafo Único - As reuniões extraordinárias serão instaladas com a maioria simples dos membros do Conselho, em primeira convocação e com qualquer número, em segunda convocação.

**Art. 13** As decisões do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Aqüicultura e Pesca serão tomadas por maioria simples de votos, cabendo ao Presidente o voto de desempate.

**Art. 14** As decisões do Conselho Municipal de Desenvolvimento da Aqüicultura e Pesca serão exaradas em forma de resoluções.

Parágrafo Único - Resolução é o ato pelo qual o Conselho manifesta sua opinião sobre o assunto a respeito do qual pode ter sido ou não consultado, e sobre fatos, casos, matérias ou assuntos de sua competência.

**Art. 15** Qualquer membro poderá pedir vistas de um processo antes de sua votação em Plenário.

§ 1º Se mais de um membro pedir vistas do mesmo processo, o pedido será conjunto.

§ 2º O prazo de devolução de um processo do qual tenha sido pedido vistas é a data da reunião seguinte, seja ordinária ou extraordinária.

§ 3º Para cada processo conceder-se-á vistas apenas uma vez.

**Art. 16** Os pareceres serão dados com pronunciamento conclusivo e por escrito, pelo membro designado como Relator pelo Presidente.

**Art. 17** Se o parecer não for aceito pelo Plenário, será encaminhado o processo a outro membro, que deverá redigir novo parecer e apresentá-lo na sessão seguinte.

**Art. 18** As dúvidas sobre interpretação deste Regimento serão consideradas com questão de ordem e serão dirimidas pelo Presidente, com recurso ao Plenário.

**Art. 19** As sessões deverão ter duração de uma hora e meia, aproximadamente.

## Capítulo V DA SECRETARIA EXECUTIVA

**Art. 20** À Secretaria Executiva compete:

- I - agendar as pautas de trabalho e secretariar o Conselho;
- II - encaminhar, a quem de direito, as decisões do Conselho;
- III - minutar as reuniões do Conselho;
- IV - receber, distribuir, expedir e guardar correspondências e documentos.

## Capítulo VI DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

**Art. 21** O presente Regimento poderá ser alterado, mediante proposta do Conselho, e submetido à aprovação do Chefe do Poder Executivo, nos termos da legislação específica.

**Art. 22** O presente Regimento entra em vigor na data de sua publicação.